



SISTEMA DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS 2003-2005

Cristina Pereira de Carvalho Lins*

O Sistema de Informações e Indicadores Culturais visa a apresentar resultados do estudo relativo à organização, sistematização, produção de indicadores e análise de informações setoriais, nacionais e regionais, relacionadas ao setor cultural, a partir dos dados das pesquisas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referentes aos anos de 2003, 2004 e 2005. Com destaque para a análise do número de empresas, pessoal ocupado, salários e outras remunerações, salário médio, custo do trabalho, custos totais e receita líquida, valor adicionado e valor da transformação industrial; a análise dos gastos da administração pública; o inventário de bens duráveis das famílias; e as características da população ocupada em atividades relacionadas à cultura.

Palavras-chave: indicadores culturais, atividades culturais, inventário de bens duráveis das famílias e gastos da administração pública, características da população ocupada em atividades relacionadas à cultura.

1. Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, em parceria com o Ministério da Cultura - MinC, divulga os resultados do Sistema de Informações e Indicadores Culturais, com informações referentes aos anos de 2003, 2004 e 2005. Esta é a segunda versão deste estudo realizado pelo IBGE, que visa a apresentar resultados do estudo relativo à organização, sistematização, produção de indicadores e análise de informações setoriais, nacionais e regionais, relacionadas ao setor cultural, a partir dos dados das pesquisas produzidas pelo Instituto.

Focando o período entre 2003¹ e 2005, o Sistema de Informações e Indicadores Culturais dá continuidade a série divulgada pelo Sistema de Informações e Indicadores Culturais em 2006, que levantou informações referentes ao ano de 2003, sobre os principais aspectos da oferta e da demanda de bens e serviços culturais, os gastos das famílias e os gastos públicos com cultura, e o perfil socioeconômico da mão-de-obra ocupada em atividades culturais, consolidados nacionalmente.

* Economista, Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais. Coordenadora técnica do Sistema de Informações e Indicadores Culturais, Coordenação de População e Indicadores Sociais da Diretoria de Pesquisas, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. <crisrina.lins@ibge.gov.br>

¹ Esta publicação contém os dados atualizados de 2003. Essa atualização se deve a revisão que ocorre nos dados do ano anterior que são retificados pelo informante da pesquisa.

Na ausência de uma definição precisa do setor cultural, dada a inexistência de recomendações internacionais atualizadas e referências nacionais, optou-se por trabalhar com um conjunto amplo de atividades, desagregado de modo que o usuário das informações possa adotar suas próprias definições deste universo. Na realização deste trabalho foi utilizada a Classificação Nacional de Atividades Econômicas -CNAE² como ponto de partida na construção de um âmbito *ad hoc* da cultura.

A partir da análise de cada uma das 581 classes da classificação (nível mais detalhado) o setor cultural foi delimitado a partir das atividades econômicas com algum grau de vinculação com o setor cultural. Esta delimitação incluiu as atividades econômicas diretamente relacionadas à cultura, que compreende as artes cênicas e espetáculos, as bibliotecas e museus; a edição de livros, as atividades de rádio e televisão, assim como as atividades indiretamente relacionadas. Boa parte das informações sobre este segundo setor agregam em uma mesma nomenclatura atividades econômicas que podem ser consideradas tipicamente culturais junto a outras que desenvolvem processos similares de produção.

Uma vez definido este âmbito *ad hoc*, as informações disponíveis nas pesquisas econômicas realizadas pelo IBGE, dos segmentos de indústria, comércio e serviços, foram organizadas, permitindo disponibilizar informações sobre emprego, salários, receitas e custos das atividades relacionadas direta ou indiretamente com a cultura.

Estas informações foram disponibilizadas para uma série de três anos para que os estudiosos do tema possam refletir sobre a delimitação das atividades culturais no país. Ainda que este processo resulte numa definição brasileira do âmbito da cultura, a ausência de recomendações internacionais atualizadas se fará sentir na impossibilidade de confrontar as informações nacionais com as dos demais países.

² A CNAE 1.0 adota como referência a *International Standard Industrial Classification -ISIC, Revisão 3*, das Nações Unidas.

2. Síntese dos resultados³

A análise da oferta de bens e serviços culturais mostra um crescimento, entre 2003 e 2005, da participação das atividades culturais em termos de número de empresas (de 5,6% para 6,1%), enquanto observa-se relativa estabilidade no que tange ao pessoal ocupado (de 5,4% para 5,3%) e ao valor adicionado⁴ (11,1%). No entanto, se for excluído o setor de telecomunicações (atividade econômica indiretamente relacionada à cultura), esse percentual cai para 6,1% em 2003 e 6,8% em 2005. Essa participação das atividades culturais é observada em relação ao conjunto das empresas formalmente constituídas⁵ na indústria, comércio e serviços.

Entre os anos de 2003 e 2005, as atividades culturais intensificaram a concentração no segmento de serviços tanto em número de empresas (de 61,1% de participação no total das atividades culturais para 69,5%) quanto de pessoal ocupado (de 56,5% para 61,4%). Isso ocorreu devido às perdas de representatividade das atividades industriais culturais (de 6,6% para 6,1%, em relação ao número de empresas, e de 27,9% para 25,1%, no que se refere ao pessoal ocupado) e das atividades comerciais culturais (de 32,3% para 24,4% e de 15,6% para 13,5%, respectivamente).

Já em relação ao valor adicionado, observa-se crescimento apenas na participação da atividade de comércio cultural no total das atividades culturais entre 2003 e 2005, de 3,5% para 4,3%. Porém, este segmento continua sendo o de menor representatividade, pois, em 2005, as atividades industriais culturais abrangiam 24,5% do total das atividades culturais e as atividades de serviços culturais, 71,1%.

Analisando separadamente o setor industrial cultural, observa-se que houve ligeiro aumento, entre 2003 e 2005, da participação das atividades industriais culturais no total da indústria de transformação no que tange ao número de empresas (de 6,3% para 6,5%) e ao valor da transformação industrial (de 4,6% para 4,8%). Já a participação no total do pessoal ocupado apresentou pequena queda, de 4,7% para 4,4%.

³ O volume completo do Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003-2005 está disponível em publicação impressa, CD-ROM, e na página http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2005/default.shtm no portal do IBGE na Internet.

⁴ Valor Adicionado nos casos do comércio e dos serviços; Valor da Transformação Industrial no caso da indústria.

⁵ Representa o segmento formal das atividades de indústria, comércio e serviços, não significando, portanto, a participação do setor no total do PIB.

O setor cultural do comércio diminuiu sua participação em relação ao conjunto das atividades de comércio, entre 2003 e 2005, no total do número de empresas (de 3,1% para 2,6%) e pessoal ocupado (de 2,6% para 2,1%). Em relação ao valor adicionado, o setor cultural registrou um pequeno aumento de participação no total do comércio no período (de 2,8% para 3,0%).

Por fim, os serviços culturais aumentaram sua participação no total das atividades de serviços, entre 2003 e 2005, para número de empresas (de 9,4% para 11,3%) e pessoal ocupado (de 8,7% para 9,1%). Os serviços culturais diminuíram sua participação no total do valor adicionado dos serviços não-financeiros (de 30,6% para 28,6%), embora mantenham uma participação importante. Apesar do salário médio mensal pago ao trabalhador dos serviços culturais ter caído no período (de 6,2 SM para 5,5 SM), esse permaneceu acima da média dos serviços (3,2 SM, em 2003, e 2,9 SM, em 2005).

De acordo com as informações do CEMPRE, a comparação dos dados para o período entre 2003 e 2005 evidencia, para os dois conjuntos analisados – entidades ligadas ao setor cultural e universo de todas as entidades do cadastro -, um maior crescimento relativo daquelas ligadas à cultura, atingindo 321 mil entidades e 1,6 milhão de ocupados, em 2005. O CEMPRE é representativo do setor formal, considerando entidades empresariais, órgãos da administração pública e entidades sem fins lucrativos.

Para o setor cultural, as variáveis - número de empresas, pessoal ocupado e salários - apresentaram percentuais de participação relativamente estáveis em relação aos totais do CEMPRE, apresentando, em geral, variação positiva no ano de 2005.

No período analisado as empresas de menor porte, 0 a 4 pessoas ocupadas, foram as principais responsáveis pela ocupação, concentrando o maior número de sócios e proprietários, enquanto que nas maiores empresas, com porte de 500 ou mais pessoas, o maior número de pessoas assalariadas.

No que diz respeito à atividade econômica, os serviços de telecomunicações e de informática foram os que apresentaram melhores performances, tanto em termos de ocupação, quanto em termos de salário médio, embora tenham um número pequeno de empresas, o que indica uma concentração do segmento. Por outro lado, foram as atividades comerciais que apresentaram o maior número de empresas, enquanto na Indústria estava o maior contingente de pessoal ocupado assalariado.

Os gastos públicos no setor cultural, consolidados nas três esferas de governo⁶, representam aproximadamente 0,2% do total das despesas consolidadas da administração pública, para o ano de 2005.

O estudo mostra que o governo federal ampliou seu volume de gastos no setor cultural no período estudado. Ainda é a esfera governamental menos representativa tradicionalmente, mas cabe ressaltar que os dados coletados são referentes apenas às despesas orçamentárias (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social), não sendo incluídos os dados referentes aos incentivos fiscais concedidos à empresas que investem em projetos culturais (Lei Rouanet⁷).

Dentre as três esferas, os governos estaduais apresentaram ganhos mais destacados na participação dos gastos públicos com cultura. Estados com gastos representativos em 2003, casos como o de São Paulo, Bahia e Amazonas, aumentaram consideravelmente tais despesas em 2005, levando a essa melhoria na participação da esfera estadual. Outros destaques são os estados de Rondônia e Roraima, que apesar de suas pequenas participações no total, apresentaram os maiores incrementos em termos percentuais de 2003 a 2005 (aproximadamente 570% e 330% de aumento, respectivamente).

Os municípios, apesar da perda na participação, continuam sendo os principais entes governamentais no que diz respeito ao total de gastos públicos com cultura. A maior importância dos municípios pode ser explicada pela proximidade desta instância com a população e suas respectivas demandas culturais, por parte de gestores, produtores e consumidores de bens e serviços culturais.

Analisando-se o tamanho da população dos municípios observou-se que este afeta diretamente o montante dos gastos com cultura. Apenas 266 municípios brasileiros (4,8% do total), com população acima de 100 mil habitantes responderam por 55,1% dos gastos.

⁶ A despesa consolidada nas três esferas de governo teve como referência a publicação *Finanças públicas do Brasil*.

⁷ Estima-se que o total de incentivos fiscais concedidos no ano de 2005 tenha sido de aproximadamente R\$ 700 milhões (Fonte: Ministério da Cultura).

Os dados das Pesquisas de Orçamentos Familiares foram tabulados para alguns produtos relacionados ao setor cultural, que constavam do quadro de inventário de bens duráveis (quadro 14 do Questionário de Despesa Coletiva - POF 2) para as três POFs que cobrem o período compreendido entre 1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003. É importante ressaltar que alguns produtos não foram contemplados nas três edições da pesquisa, seja pelo fato de ainda não existirem ou não estarem difundidos no mercado, como por exemplo os aparelhos de DVDs e os microcomputadores, seja por já terem praticamente saído do mercado, como no caso dos toca-discos de agulha. Destarte os produtos do quadro de bens duráveis selecionados foram:

- POF 1987-1988 – televisão em cores, televisão em preto e branco, conjunto de som acoplado, gravador e toca-fitas, rádio de mesa, rádio portátil e toca-discos de agulha;
- POF 1995-1996 - televisão em cores, televisão em preto e branco, conjunto de som acoplado, gravador e toca-fitas, rádio de mesa, rádio portátil, toca-discos de agulha, microcomputador, videocassete, antena parabólica e toca-discos a laser;
- POF 2002-2003 - televisão em cores, televisão em preto e branco, conjunto de som acoplado, gravador e toca-fitas, rádio de mesa, rádio portátil, microcomputador, videocassete, antena parabólica, toca-discos a laser e DVD.

Os dados das POFs 1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003 relativos a posse de alguns bens duráveis relacionados à cultura indicam mudanças de padrão tecnológico indicam mudanças de padrão tecnológico. No caso das TVs em cores e em preto e branco há uma clara substituição da segunda pela primeira, sendo que a TV em cores se tornou, no período coberto pelas pesquisas, o bem durável mais difundido entre todos os itens selecionados.

No que tange ao rádio – tanto o de mesa quanto o portátil -, o gravador e toca-fitas e o toca-discos a laser, os dados indicam que pode ter havido uma integração ao conjunto de som. Mesmo assim alguns destes itens, no período 2002-2003, ainda apresentavam percentuais significativos referentes à sua posse como itens individuais.

A posse de microcomputadores apresentou um expressivo crescimento, muito embora ainda continuassem, assim como os aparelhos de DVD, itens restritos aos estratos de rendimento familiar mais elevados.

A participação dos trabalhadores vinculados ao setor cultural da população ocupada de 10 anos ou mais de idade, em relação ao total no Brasil, apresentou um percentual de 4,8%, em 2006, gerando uma estimativa que ultrapassa os 4,2 milhões de trabalhadores neste setor. Essa estimativa manteve-se próxima ao longo dos anos 2004 e 2005, com uma ligeira elevação a cada ano.

A predominância dos trabalhadores no setor cultural ainda é do sexo masculino, apesar da participação do trabalho feminino estar crescendo ao longo desses três anos.

No Brasil, em 2006, a maior concentração desses trabalhadores da cultura foi da cor branca (59,0%) , sendo que as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste apresentaram uma predominância de pretos ou pardos. Entre as quatro Unidades da Federação analisadas, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais apresentaram um percentual maior de brancos e a Bahia com destaque para pretos ou pardos (72,7%).

Na distribuição por faixa etária, o setor cultural apresentou uma população mais jovem (10 anos a 24 anos), quando comparada com o total geral. Entretanto, a faixa etária das pessoas ocupadas com mais de 50 anos no setor cultural vem aumentando ao longo do três anos analisados.

Quanto ao nível de instrução, a incidência de pessoas ocupadas no setor cultural no grupo de 11 anos ou mais de estudo (o que significa ter pelo menos o ensino médio completo) é bem superior ao do total de ocupados, apresentando, em 2006, uma diferença de 17,7 pontos percentuais. Sendo que a Região Norte é a que apresenta a maior diferença (18,3 pontos percentuais) e, entre as quatro Unidades da Federação analisadas, a Bahia destaca-se com 24,8 pontos percentuais.

Na forma de inserção no mercado de trabalho no ano de 2006, a proporção dos empregados com carteira de trabalho assinada e dos trabalhadores por conta própria foi superior ao total geral. Num nível mais desagregado, essa tendência se repetiu nas Regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste e para as Unidades da Federação de Minas Gerais e Bahia.

O Setor Cultural apresentou em 2006 um rendimento médio real mensal do trabalho principal da população ocupada de 10 anos ou mais de idade ligeiramente inferior ao total geral, sendo que, em ambas as distribuições, houve crescimento ao longo dos três anos

analisados. Nas Unidades da Federação da Bahia e Rio de Janeiro essa situação se inverteu, com o setor cultural apresentando um valor maior que o do total geral.

Nas horas habitualmente trabalhadas no trabalho principal, os trabalhadores do setor cultural apresentaram uma dedicação ao trabalho inferior ao total geral.

Por fim, a participação de pessoas ocupadas na cultura que contribuíram para a previdência em 2006 foi inferior ao total geral, atestando a significativa informalidade do setor.

3. Considerações finais

Este trabalho não esgota as fontes de dados existentes e a sua continuidade significará avançar também nos arcabouços conceituais e metodológicos que permitam dotar de maior coerência e sentido lógico as informações existentes. Será também importante a identificação das lacunas de informações primárias e a definição de estratégias que permitam superá-las. O presente estudo representa mais um passo no sentido da organização e sistematização de informações em um tema tão complexo e amplo como a cultura.

Alguns trabalhos que estão sendo desenvolvidos pelo IBGE irão contribuir para a construção de um sistema integrado de informações estatísticas e indicadores culturais. Pode-se destacar a revisão da CNAE em 2007, que permitirá identificar mais apropriadamente as atividades relativas ao setor ligado às tecnologia de informação e comunicação, em consonância com as classificações internacionais. Um outro projeto, realizado em parceria com o MinC, obteve informações sobre a atividade cultural nos municípios brasileiros através da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, em especial, através do suplemento de 2006⁸.

O IBGE considera conveniente, em seguida, como desdobramento deste trabalho, a análise das informações aqui apresentadas em um nível geográfico mais desagregado, observando-se a significância estatística das informações, o que permitirá identificar atividades culturais com impactos importantes nas economias locais, difíceis de quantificar no cenário nacional.

⁸ Informações sobre a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC estão disponíveis no portal do IBGE na Internet, no endereço: <<http://www.ibge.gov.br>>.

A perspectiva de mais longo prazo será a de expandir a capacidade de análise com a construção de uma conta satélite de cultura⁹, para que, dentre os vários resultados possíveis, se possa mensurar o peso dessa atividade no Produto Interno Bruto nacional.

A perspectiva de dedicação permanente e contínua a este projeto de construção de um sistema de informações estatísticas para o setor cultural será fortalecida com as contribuições dos gestores públicos, especialistas e estudiosos do tema. Neste sentido, as críticas e observações que serão feitas a este trabalho irão estimular a sua continuidade e aprimoramento. Em especial, é de extrema importância que a delimitação da cultura, enquanto atividade econômica geradora de bens e serviços, seja objeto de debate para que se possa encontrar uma definição que atenda às necessidades de informação do País.

4. Referências

1º GUIA cultural de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais: Sistema Estadual de Planejamento, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997. 408 p.

ANNUAIRE STATISTIQUE DE LA FRANCE 2005. Paris: INSSE, v. 108. 2005.

ANUARIO ESTADÍSTICO DE LA REPÚBLICA ARGENTINA 2002-2003. Buenos Aires: INDEC, 2003.

ANUARIO ESTADÍSTICO DE LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS 1999. México: INEGI, 1999.

BARBOSA, F. *Os dispêndios com políticas públicas culturais em 2003*. IPEA. Brasília, 2005. Relatório.

BOLFARINE, H. e BUSSAB, W.O. Elementos de amostragem. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.

BOTELHO, I. A política cultural & o plano das idéias. IN: Políticas culturais no Brasil / organização Antonio Albino Canelas Rubim. Salvador: EDUFBA, 2007.

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. São Paulo em *Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v. 15, n. 2, p.73-83, abr./jun. 2001.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Secretaria de Orçamento e Finanças. *Manual de elaboração do orçamento programa*. Anexo II.1. Brasília, DF, 1999.

⁹ Está em construção a elaboração do Manual metodológico para la implementación de cuentas satélites de cultura en Latinoamérica, pelo Convenio Andrés Bello da Colombia e o Banco Interamericano de Desarrollo - BID.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o Inciso I do § 1º do Art. 2º e § 2º do Art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, <<http://www.planejamento.gov.br/orcamento/conteudo/legislacao/portarias>>. Acesso em: nov. 2004.

CALABRE, L. Política cultural no Brasil: um histórico. In: _____. *Políticas culturais: diálogo indispensável: colóquio 2003*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005. 80 p. (Coleção FCRB, 1).

CANADA YEARBOOK 1994. Ottawa: Statistics Canada, 1994.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas – CNAE: versão 1.0. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 326 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/concla>>. Acesso em: nov. 2004.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - Domiciliar – CNAE-Domiciliar. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/concla/cnaedom/cnaedom.php?sl=1>>. Acesso em: nov. 2004.

CLASSIFICATION of the functions of government – COFOG. Paris: Organization for Economic Co-operation and Development, 1997.

COCHRAN, W.G. Sampling Techniques (3rd edition), John Wiley & Sons, New York, 1977

COMPENDIO ESTADÍSTICO 2001. Santiago de Chile: INE, 2001.

CONTAS regionais do Brasil 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 114 p. (Contas nacionais, n. 11). Acompanha 1 CD-ROM.

CONTAS regionais do Brasil 2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 88 p. (Contas nacionais, n.13). Acompanha 1 CD-ROM.

DESPESAS públicas por funções 1996-1998. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 456 p. Acompanha 1 CD-ROM.

DESPESAS públicas por funções 1999-2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 145 p. Acompanha 1 CD-ROM.

ESTATÍSTICAS do cadastro central de empresas 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. 265 p. Acompanha 1 CD-ROM.

ESTATÍSTICAS do cadastro central de empresas 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 265 p. Acompanha 1 CD-ROM.

ESTATÍSTICAS do Cadastro central de empresas 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 159 p. Acompanha 1 CD-ROM.

FINANÇAS públicas do Brasil 2002-2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 153 p. Acompanha 1 CD ROM.

GOES, M. S. C. *Transition to an integrated system of business surveys: the Brazilian case*. Trabalho apresentado no International Workshop on Economic Census, Beijing, China, jul. 2005.

INFORME de la decimoséptima Conferencia Internacional de Estadísticas del Trabajo. Genebra: OIT, 2003.

INFORME mundial sobre a cultura, 2000: diversidade cultural, conflito e pluralismo. São Paulo: Brasília: Moderna; Unesco, 2004. 416 p. Tradução de: World culture report 2000: cultural diversity, conflict and pluralism.

JAPAN STATISTICAL YEARBOOK 2005. Tokyo: Statistics Bureau, 2004.

LINS, C. P. de C. A demanda e a produção de informações culturais brasileiras: parceria MinC e IBGE. Jul. 2007. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/ascom/economia/a%20demanda.pdf>

NEW ZEALAND OFFICIAL YARBOOK 1986-1987. Wellington: Statistics New Zealand, 1987.

OLIVEIRA, L. A. P. de. As bases de dados do IBGE: potencialidades para a cultura. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE POLÍTICAS CULTURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO – UMA BASE DE DADOS PARA A CULTURA, 2002, Recife. Brasília: Unesco Brasil, 2003.

PERFIL dos municípios brasileiros: pesquisa de informações básicas municipais 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 121 p. Acompanha 1 CD-ROM.

PERFIL dos municípios brasileiros: Cultura 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 275 p. Acompanha 1 CD-Rom.

PESQUISA ANUAL DE COMÉRCIO 2003. Rio de Janeiro: IBGE, v. 15, 2005. Acompanha 1 CD-ROM.

PESQUISA ANUAL DE SERVIÇOS. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Suplemento Produtos e Serviços 2002-2003 dos volumes 4 e 5. Acompanha 1 CD-ROM.

PESQUISA ANUAL DE SERVIÇOS 2003. Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, 2005. Acompanha 1 CD-ROM.

PESQUISA INDUSTRIAL 2003. Empresa. Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, n. 1, 2005. Acompanha 1 CD-ROM.

PESQUISA INDUSTRIAL 2004. Empresa. Rio de Janeiro: IBGE, v. 23, n. 1, 2006. Acompanha 1 CD-ROM.

PESQUISA INDUSTRIAL 2005. Empresa. Rio de Janeiro: IBGE, v. 24, n. 1, 2007. Acompanha 1 CD-ROM.

RECENSEAMENTO do Brasil 1920. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1922-1930. 5 v. em 19. v. 1.

RECENSEAMENTO geral do Brasil (1º de setembro de 1940). Rio de Janeiro: IBGE, 1939-1950. v. 1, t. 1: A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil, por Fernando de Azevedo.

RIVAS, P. H. Cultura y Desarrollo. Una agenda abierta e indispensable. Disponível em < http://revistaquorum.es/quorum-17/Quorum_17/Q17_RIVASpatricio.pdf . Acesso em 19 de outubro de 2007. Trabalho apresentado no Segundo Seminário sobre Sistemas de Informação Cultural. Mercosur Cultural, set. 2007, Buenos Aires, Argentina.

ROUET, F. L'approche économique de la culture: esquisse d'um bilan. Culture et Recherche, Paris: Ministère de la Culture et de la Communication, n. 68, p. 3-7, sept.oct. 1998.

SANTANA, S. de C. P; SOUZA, N. R. M. *Além da diversão e arte, o pão: o mercado de trabalho da cultura na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2001. (Cadernos do CEHC. Série Cultura, n. 1). Disponível em: <http://www.fjp.gov.br/produtos/cehc/caderno_cehc1.pdf>. Acesso em: nov. 2004.

_____. O trabalho que dão as indústrias culturais. [Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 200-].

STATISTICAL ABSTRACT FOR THE UNITED STATES: 2006. Washington, D.C.: Bureau of the Census, 2005.

SYSTEM of national accounts 1993. [Rev. ed.]. Brussels, Luxembourg: Commision of the European Communities; Washington, D.C.: International Monetary Fund; Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development; New York: United Nations; Washington, D.C.: World Bank, 1993. 711 p.

5. Equipe técnica da Diretoria de Pesquisas do IBGE

Ana Rosa Pais Ribeiro
Antonio Carlos Alkmim dos Reis
Bernardette Maria da Silveira Pinheiro
Cimar de Azevedo Pereira
Douglas Moura Guanabara
Fernanda de Vilhena Cornélio Silva
Isabella Nunes Pereira
Jacira Zacharias da Silva
José Mauro de Freitas Junior
Julia Gontijo Vale
Juliana Paiva Vasconcelos
Katia Cilene Medeiros de Carvalho
Luiz Andres Ribeiro Paixão
Luiz Fernando Ramos de Mello
Marcia Estellita Lins
Pedro Luiz de Sousa Quintslr
Priscila Koeller Rodrigues Vieira
Sidneia Reis Cardoso
Sonia Albieri
Vania Maria Carelli Prata
Wasmália Bivar